



## Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo  
Divisão de Despesas - Setor de Licitação  
Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900  
Fone/Fax: (17) 3345 9116  
Site: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br)

### **ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS IMPUGNAÇÕES APRESENTADAS AOS TERMOS DO EDITAL Nº 19/2023 RERRATIFICADO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PROCESSO Nº 26/2023.**

Às treze horas e trinta minutos, do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da Divisão de Despesas, Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Bebedouro, com sede à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, se reuniram os membros da Comissão Municipal de Licitação, os senhores: **Tiago Ambrósio Alves (presidente)**, **Luiz Felipe Lopes (secretário)**, **Paulo Sérgio Garcia Sanchez**, **Rodrigo Galvão Moura** e **Maira Rodrigues Ducatti (membros)**, para procederem à análise e julgamento das **IMPUGNAÇÕES** apresentadas aos termos do **Edital nº 19/2023 Rerratificado** da licitação modalidade **Concorrência Pública nº 01/2023**, do Tipo **"Menor Preço Global"**, que tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Elétrica, devidamente cadastrada no CREA, incluindo Profissional Habilitado, para Substituição da Iluminação Pública em Diversos Bairros do Município de Bebedouro/SP.**, com recursos financeiros oriundos do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - LINHA DESENVOLVE MUNICÍPIO - LDM - NÚMERO 19154** que entre si celebraram a **DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**, e o **MUNICÍPIO DE BEBEDOURO**, com contrapartida do **MUNICÍPIO**, incluindo: **material, mão-de-obra, equipamentos, transportes, ferramentas, encargos e leis sociais, enfim tudo às expensas da contratada, sob o Regime de Execução Indireta de Empreitada por Preço Unitário, Processo nº 26/2023**, pelas empresas impugnantes: **PROFORTE-X CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, nome fantasia **CASA DO LED**, enviada por meio eletrônico (e-mail): [proforte.led@gmail.com](mailto:proforte.led@gmail.com) às **08:38 horas** do dia **09/05/2023** e **ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA**, nome fantasia **ILUMITECH**, enviada por meio eletrônico (e-mail): [dsilva@ilumitech.com.br](mailto:dsilva@ilumitech.com.br) às **09:14 horas** do dia **10/05/2023**. A princípio, a Comissão Municipal de Licitação no intuito de esclarecer ou a complementar a instrução do processo da concorrência pública em referência, com o devido respaldo legal no disposto no **artigo 43, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, promoveu **diligências** ao Setor Requisitante, **Departamento Municipal de Obras** que através dos **Ofícios nºs: OF/120/2023/ws e OF/119/2023/ws** do **Diretor** e do **Subdiretor do Departamento Municipal de Obras** endereçados ao **Presidente da Comissão Municipal de Licitação**, protocolados sob os nºs: **5925/2023**, às **14h:26m:03s.** e **5923/2023**, às **14h:22m:16s.**, do dia **11/05/2023**, prestou os esclarecimentos **por escrito** a respeito das **impugnações** apresentadas. Com relação a **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa impugnante: **PROFORTE-X CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, nome fantasia **CASA DO LED**: "(...) **OF/120/2023/ws** (...) Alega a empresa ora impugnante que a exigência de referentes **ao comprimento do cabo** constante na **Qualificação Técnica "Fornecimento e Instalação de Luminária Pública Tipo Péta-la, para Iluminação Viária, com Tecnologia LED, Potência 80W, com base de 7 pinos, incluindo o cabo PP 3x1,5mm² com comprimento de 5m, relê fotelétrico de 3 pinos e conector de derivação perfurante, em conformidade absoluta com as Portarias 20/2017 ou 62/2022 do INMETRO e Memorial Descritivo - 2.228 Unidades."**, está totalmente direcionado a um fabricante específico, fato este que não se sustenta pois vejamos: **Várias fabricantes de luminárias de led cujas características técnicas atendem as exigências contidas no edital, poderão fornecer as mesmas já com o referido cabo PP 3x1,5mm² com comprimento de 5m devidamente instalado, portanto não se trata de direcionamento de produto. O que para o Município não é vantagem, pois nenhuma instalação de luminária é igual a outra; uma instalação pode ter o braço fixado mais próximo da rede outras mais distantes. O comprimento de 5 metros exigido no Edital nº 19/2023 foi decisão única e exclusiva do Departamento Municipal de Obras/Divisão de Engenharia Elétrica, sendo que em todas as situações de instalação, seja mais próxima ou mais distante, a metragem exigida proporcionará uma perfeita conexão das novas luminárias na rede da concessionária local (CPFL), sem que ocorram emendas conforme prevê o Edital. As sobras de cabos deverão ser mantidas e recolhidas dentro dos braços de sustentação das luminárias, tendo em vista tratar-se de cabo "flexível" tipo PP e que os braços exigidos no Edital possuem diâmetro interno suficiente para receber e abrigar as sobras de cabos que venham a ocorrer. Portanto, as "sobras" de cabos serão**



## Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo

Divisão de Despesas - Setor de Licitação

Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900

Fone/Fax: (17) 3345 9116

Site: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br)

*tratadas como Reserva Técnica, assegurando assim ao município a capacidade de realizar futuras manutenções sem custos adicionais quanto a necessidade de substituição do cabo inteiro por falta de comprimento reserva. Portanto, **não assistimos razão** em reformular as especificações do item pertinente à qualificação técnica. Nada mais, (...)*. Com relação a **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa impugnante: **ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA**, nome fantasia **ILUMITECH**: “(...) **OF/119/2023/ws** (...): Inicialmente salutar destacar e lembrar que os serviços que compreendem as instalações de luminárias públicas de LED, **NÃO** se caracterizam atualmente como serviços que necessitam de especialização notória, face aos inúmeros certames e contratações de empresas diversas da mesma natureza que esta municipalidade a fez. Portanto a alegação de que o fato de a municipalidade ao exigir em edital a Qualificação Técnica para maior relevância de “Fornecimento e Instalação de Luminária Pública Tipo Pétala, para Iluminação Viária, com Tecnologia LED, Potência 80W, com base de 7 pinos, **incluindo o cabo PP 3x1,5mm2 com comprimento de 5m**, relê fotolétrico de 3 pinos e conector de derivação perfurante, em conformidade absoluta com as Portarias 20/2017 ou 62/2022 do INMETRO e Memorial Descritivo - 2.228 Unidades.”, atenta contra a isonomia, a igualdade e a competitividade do certame, não se sustenta no entendimento técnico deste Departamento de Engenharia, Obras e Convênios, onde aqui se insere também o Setor de Engenharia Elétrica. Trata-se na verdade a falta de qualificação e/ou atualização técnica e operacional de eventuais empresas, ou seja, **o mercado está apto**, salvo exceções de caráter intrínseco de algumas empresas. A bem da verdade procura o município no referido certame proporcionar à população e ao município otimização dos custos operacionais e redução de consumos de energia elétrica. A iluminação em LED criada em 1990, que já domina o setor, possui alta eficiência, necessitando menos potência para gerar mais luz, com melhor custo-benefício frente à outras tecnologias. Não pode e não deve a municipalidade se esquivar em acompanhar a tendência e evolução que o mercado oferece em razão de minoria de empresas, ocasionando riscos à má qualidade nos serviços públicos. Não se trata no pretenso edital serviços de tecnologia complexa e específica ao mercado. Assim, não assistimos razão em reformular os itens 6.2.3.3 e 6.2.3.3.1 do referido Edital. No tocante a alegação da empresa ora impugnante de que a exigência de garantia fornecida pelo fabricante, certificados, ensaios, etc..., “comprometem o caráter competitivo do certame e caracterizam hipótese de compromisso de terceiro”, da mesma forma não deve prosperar pois vejamos. As referidas exigências constam no **memorial descritivo** do objeto, parte integrante do projeto, ou seja, **não está vinculado tal exigência aos licitantes** e tão somente ao contratado, pois procura-se a administração a aquisição dos serviços com materiais de qualidades técnicas e que atentam as Normas Técnicas da ABNT. Todo produto, por lei, tem garantia, independente de ser oferecida ou não pelo fornecedor. Por esta razão a possibilidade de apresentação de amostras/protótipos, tema já pacificado e até regulamentado nos julgados da Corte de Contas da União, permitindo a exigência desde que direcionada apenas ao vencedor (Decisão 1102/2001 - Plenário; Acórdão 526/2005 - Plenário.) Trata-se de futura relação subjetiva entre a municipalidade e o contratado afim de garantir qualidades nos serviços e/ou produtos ora adquiridos. O poder público municipal se caracteriza como consumidor na execução do futuro contrato, assim como se assevera no artigo 1º e 2º do CDC. Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994) VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro); Em função do exposto também não assistimos razão em quaisquer supressões no referido memorial descritivo. Nada mais, (...). Ao depois, a Comissão Municipal de Licitação enviou os autos do **processo licitatório** em referência, **devidamente informado**, acompanhado das **IMPUGNAÇÕES** apresentadas e dos **Ofícios nºs: OF/120/2023/ws e OF/119/2023/ws** do Diretor e do Subdiretor do Departamento Municipal de Obras, para apreciação da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, que emitiu **Parecer Jurídico**. Por fim, a Comissão Municipal de Licitação procedeu a análise das razões arguidas pelas empresas impugnantes e entendeu que **não merecem provimento** as **IMPUGNAÇÕES** apresentadas, acolhendo a **manifestação** constante no **Parecer Jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, que assim **opinou**: “(...) **II - DO PARECER** Preliminarmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer



## Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo

Divisão de Despesas - Setor de Licitação

Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900

Fone/Fax: (17) 3345 9116

Site: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br)

*meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade de prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas. Ademais, há que se registrar que todos os itens constantes do processo licitatório em comento foram escolhidos após várias reuniões e pesquisas dos integrantes da Comissão de Licitação e Secretaria responsável, com o único objetivo de atender às necessidades do Município e seus munícipes, sem qualquer intuito de favorecer ou direcionar a escolha de possíveis concorrentes do certame. Além disso, ressalta-se que as exigências, especificações e o agrupamento de itens no presente processo licitatório observam os regramentos legais e princípios constitucionais. Sendo assim, data vênia, não cabe ao particular, concorrente ou não do certame, impor formas, regras e itens diversos dos presentes no edital, sob qualquer fundamento e ou justificativa, salvo as discrepâncias jurídicas e ou itens ilegais. As empresas Impugnantes protocolaram seus respectivos pedidos, tempestivamente, razão pela qual deve ser conhecido. No mérito, deve ser negado provimento às impugnações, pelas razões a seguir expostas: **DOS PONTOS QUESTIONADOS: A) PROFORTE-X CONSTRUÇÃO LTDA** A empresa PROFORTE-X CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, argumenta em sua impugnação, que há dispositivos e cláusulas no edital que violam a ampla concorrência, em especial o item 6.2.3.3.1, que especifica o tipo de cabo e metragem necessário para a instalação das luminárias - **cabo PP 3x1, 5 mm2 com comprimento de 5m**. Afirma que esta especificação da metragem direciona a um fabricante específico. Em resposta, o Diretor do Departamento de Obras e Engenharia, juntamente com o Engenheiro Eletricista Municipal em resposta técnica à impugnação retro, afirmaram que o comprimento de 5 metros exigido no Edital nº.19/2023 foi decisão única e exclusiva do Departamento Municipal de Obras/Divisão de Engenharia Elétrica, pois há diferentes tipos de instalação de luminárias, com tamanho de "braço" variado, podendo um ser mais próximo, outro mais distante da rede, razão pela qual se justifica uma padronização de 5 metros, deste modo a metragem exigida proporcionará uma perfeita conexão das novas luminárias na rede da concessionária local (CPFL, sem que ocorram emendas, conforme prevê o edital. **B) ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA** A empresa ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA demonstrou sua indignação ao edital, afirmando que há vícios que prejudicam a competitividade e inviabilizam a continuidade do presente certame, sem as devidas correções, e que são capazes de ensejar sua invalidação, caso não sejam sanados. a) Especifica que **o dispositivo previsto nos itens 6.2.3.3 e 6.2.3.3.1 do edital, que exige a experiência com tecnologia específica deve ser suprimida a fim de garantir a igualdade de condições a todos os licitantes**. Em resposta técnica, o Diretor do Departamento Municipal de Obras, bem como o Engenheiro Eletricista do Município sustentam que os serviços que compreendem as instalações de luminárias públicas de LED, não se caracterizam atualmente como serviços que necessitam de especialização notória, face aos inúmeros certames e contratações de empresas diversas da mesma natureza que esta municipalidade a fez. O fato da municipalidade exigir em edital a qualificação técnica não fere a isonomia, pelo contrário a falta de qualificação e/ou atualização técnica e operacional de eventuais empresas podem comprometer a qualidade dos serviços prestados. b) sustenta ainda que o edital apresenta **vício em seu Memorial Descritivo, Anexo 3**, pois este exige em diversos momentos a apresentação de documentos, termos de garantia, certificados, ensaios e laudos a respeito dos braços, luminárias LED, relês e outros dispositivos, pratica que, além de não possuir amparo legal, configura ônus desnecessário àqueles que pretendem participar do certame. Em resposta técnica, o Diretor do Departamento Municipal de Obras, bem como o Engenheiro Eletricista do Município sustentam que as referidas exigências constam no memoria descrito do objeto, para integrante do projeto, ou seja, não está vinculado tal exigência aos licitantes, e tão somente ao contratado, pois procura-se a administração a aquisição de serviços com materiais de qualidades técnicas e que atentam as Notas Técnicas da ABNT, tratando-se assim, de futura relação subjetiva entre a municipalidade e o contratado, a fim de garantir a qualidade nos serviços e/ou produtos ora adquiridos. Considerando que o mérito das impugnações referem-se a aspectos estritamente técnicos, considerando que as justificativas do Município foram feitas de maneira clara técnica e bastante esclarecedoras, entendemos que não houve violação das regras licitatórias, estando em perfeita ordem o Edital. Sabe-se que a Administração Pública tem o dever de adquirir produtos que satisfaçam seus interesses de acordo com suas necessidades, ao menor custo possível. A*



## Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo

Divisão de Despesas - Setor de Licitação

Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900

Fone/Fax: (17) 3345 9116

Site: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br)

*eficiência e a economicidade são princípios aplicáveis à Administração Pública e que devem ser observados/priorizados nos processos de compras. Além de tudo, imperioso salientar também que o Processo Licitatório em questão possui respaldo no PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, dentro dos limites da legalidade e não tem o objetivo de frustrar o caráter competitivo e/ou isonômico do certame. III - DA CONCLUSÃO* Por estas razões, considerando os princípios constitucionais e seus regramentos, **OPINO** no sentido do improvimento das presentes impugnações apresentadas pelas empresas **PROFORTE-X CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** e **ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA**, mantendo-se inalteradas as disposições constantes do Edital nº.19/2023 e seus anexos. (...). A Comissão Municipal de Licitação entendeu que o **Edital nº 19/2023 Rerratificado** da Licitação em referência, **não merece reparos**, de acordo com os **OF/120/2023/ws** e **OF/119/2023/ws** do **Diretor** e do **Subdiretor** do **Departamento Municipal de Obras** e o **Parecer Jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura. Diante do exposto, a Comissão Municipal de Licitação **acolheu a manifestação** constante no **Parecer Jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e **decidiu pelo não provimento das IMPUGNAÇÕES** apresentadas pelas empresas impugnantes: **PROFORTE-X CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, nome fantasia **CASA DO LED** e **ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA**, nome fantasia **ILUMITECH**, em face do **Edital nº 19/2023 Rerratificado** da Licitação em referência. Proferida a presente decisão e nada mais tendo a ser julgado pela Comissão Municipal de Licitação, seu Presidente ordenou a publicação na Imprensa Oficial Eletrônica do Município de Bebedouro/SP., do competente extrato de julgamento e a disponibilização desta ata circunstanciada no site oficial do município: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br), bem como, ordenou a expedição das respectivas notificações via correio "carta registrada com aviso de recebimento AR" e/ou por meio eletrônico (e-mail), comunicando o julgamento, as empresas impugnantes: **PROFORTE-X CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, nome fantasia **CASA DO LED** e **ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA**, nome fantasia **ILUMITECH** e as demais empresas que, porventura, tenham retirado o **Edital** para participação da Licitação. A seguir, o Presidente da Comissão Municipal de Licitação, deu por encerrada a presente sessão, do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, segue devidamente assinada pelos presentes. Eu, **Luiz Felipe Lopes**, secretário, a digitei. Bebedouro, doze de maio do ano de dois mil e vinte e três.

### À COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

**Tiago Ambrósio Alves**  
- Presidente -

**Luiz Felipe Lopes**  
- Secretário -

**Paulo Sérgio Garcia Sanchez**  
- Membro -

**Rodrigo Galvão Moura**  
- Membro -

**Maira Rodrigues Ducatti**  
Membro